



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DO ESPORTE

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 3.654, DE 2025

Dispõe sobre a vedação de integração em representações desportivas oficiais da República Federativa do Brasil em competições de âmbito nacional ou internacional, aplicável como sanção acessória a atletas, membros da comissão técnica, dirigentes esportivos e demais integrantes de delegação oficial de organizações esportivas que integram o Sistema Nacional do Esporte condenados mediante decisão transitada em julgado pela prática de crimes hediondos ou de crimes cometidos contra mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosos, ou pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será aplicada como pena acessória aos réus atletas, membros da comissão técnica, dirigentes esportivos e demais integrantes de delegação oficial de organizações esportivas que integram o Sistema Nacional do Esporte, condenados com trânsito em julgado por crimes hediondos e por crimes praticados contra mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosos, ou pessoas com deficiência a vedação de participação em delegações esportivas oficiais que representam o Brasil em competições de caráter nacional ou internacional.

Parágrafo único. A vedação referida no caput aplica-se a condenações com trânsito em julgado por:

I – crimes hediondos, nos termos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990;

II – crimes praticados contra a mulher, com fundamento na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DO ESPORTE

III – crimes praticados contra crianças ou adolescentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);

IV – crimes praticados contra pessoas idosas, definidas na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

V – crimes praticados contra pessoas com deficiência, definidas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Art. 2º Considera-se delegação esportiva oficial aquela composta por representantes designados por entidades que integram o Sistema Nacional do Esporte (Sinesp).

Art. 3º Caberá à entidade organizadora ou responsável pela delegação oficial exigir dos integrantes certidão de antecedentes criminais atualizada e verificar eventual ocorrência de sentenças condenatórias transitadas em julgado nos termos desta lei.

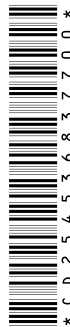
Art. 4º Os órgãos públicos que tenham concedido prêmios, homenagens e condecorações oficiais a pessoas que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 1º deverão proceder à imediata anulação do ato de premiação, com a correspondente retirada simbólica e material do título ou reconhecimento concedido.

§ 1º A anulação referida no caput deverá ser formalmente comunicada aos registros oficiais, bancos de dados, museus ou arquivos que contenham menção à premiação ou homenagem, para fins de correção.

§ 2º Quando houver repasse de valores públicos em decorrência da premiação anulada, caberá à autoridade competente instaurar processo administrativo para ressarcimento aos cofres públicos, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º O descumprimento das disposições desta lei ensejará responsabilização administrativa dos dirigentes responsáveis, bem como sanções aplicáveis à entidade esportiva, incluídas advertência, multa e, em casos de reincidência, a suspensão de repasses de verbas públicas.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DO ESPORTE**

Sala da Comissão, em 27 de novembro de 2025.

Deputada **Laura Carneiro**
Presidente



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254536837700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro

Apresentação: 05/12/2025 11:49:52.902 - CESPO
SBT-A 1 CESPO => PL 3654/2025

SBT-A n.1

* C D 2 5 4 5 3 6 8 3 7 7 0 0 *